

AGROECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS E A RESISTÊNCIA AO AGRONEGOCIO**AGROECOLOGY AND SOCIAL MOVEMENTS AND RESISTANCE TO AGRIBUSINESS****AGROECOLOGÍA Y MOVIMIENTOS SOCIALES Y RESISTENCIAS AL AGROINDUSTRIA****Filipe Borba de Moura**

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO-UEG),
na Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina.
E-mail: filipeborbahti@gmail.com

Júlio César Pereira Borges

Professor do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Pires do Rio. Professor do curso de Administração de Empresa na Universidade Estadual de Goiás – UNU Caldas Novas.
E-mail: jcesar.ueg@gmail.com

RESUMO:

Apresenta-se nesse artigo em tela uma discussão a respeito dos resultados evidenciados na pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO/UEG). O objetivo principal do estudo foi desenvolver um entendimento da Agroecologia pela ótica da Geopolítica dos Conflitos, assim, foi possível apresentar o papel da Agroecologia e dos Movimentos Sociais na resistência ao agronegócio em Goiás nos últimos anos. A metodologia utilizada na pesquisa foi um levantamento e análise bibliográfica e, por último, um trabalho de campo no Coletivo Colmeia, no assentamento Canudos em Palmeiras de Goiás/GO. Destarte, fica evidenciado a função central que os movimentos sociais possuem em Goiás para a resistência ao agronegócio e todos os seus sinônimos e, a Agroecologia se apresenta como o único projeto viável de resistência no campo que luta pela vida, pela terra, para produzir alimentos saudáveis e outros.

Palavras Chave: Movimentos sociais, Agroecologia, Agronegócio, Resistência.

ABSTRACT: This article presents a discussion about the results evidenced in the Master's research in the Stricto Sensu Graduate Program in Geography at the State University of Goiás (PPGEO/UEG). The main objective of the study was to develop an understanding of Agroecology from the perspective of the Geopolitics of Conflicts, thus, it was possible to present the role of Agroecology and Social Movements in resistance to agribusiness in Goiás in recent years. The methodology used in the research was a survey and bibliographical analysis and, finally, a field work in Coletivo Colmeia, in the Canudos settlement in Palmeiras de Goiás/GO. Thus, the central role that social movements have in Goiás for resistance to agribusiness and all its synonyms is evident, and Agroecology presents itself as the only viable project of resistance in the countryside that fights for life,

for the land, to produce food healthy and others. Keywords: Social movements, Agroecology, Agribusiness, Resistance.

Keyword: Social movements, Agroecology, Agribusiness, Resistance.

RESUMEN: Este artículo presenta una discusión sobre los resultados evidenciados en la investigación de Maestría en el Programa de Posgrado Stricto Sensu en Geografía de la Universidad Estadual de Goiás (PPGEO/UEG). El objetivo principal del estudio fue desarrollar una comprensión de la Agroecología desde la perspectiva de la Geopolítica de los Conflictos, por lo tanto, fue posible presentar el papel de la Agroecología y los Movimientos Sociales en la resistencia al agronegocio en Goiás en los últimos años. La metodología utilizada en la investigación fue una encuesta y análisis bibliográfico y, finalmente, un trabajo de campo en el Colmeia Colmeia, en el asentamiento Canudos en Palmeiras de Goiás/GO. Así, es evidente el papel central que los movimientos sociales tienen en Goiás para la resistencia al agronegocio y todos sus sinónimos, y la Agroecología se presenta como el único proyecto viable de resistencia en el campo que lucha por la vida, por la tierra, para producir alimentos saludables y saludables. otros. **Palabras clave:** Movimientos sociales, Agroecología, Agronegocios, Resistencia.

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de parte da pesquisa de mestrado *GEOPOLÍTICA DOS CONFLITOS: Agroecologia e movimentos sociais na resistência ao agronegócio em Goiás*, apresentada em 2021 ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO/UEG), Campus Cora Coralina. Na oportunidade foi feita uma discussão sobre a dimensão política da Agroecologia como resistência ao agronegócio, expressão máxima da acumulação ampliada do capital no campo brasileiro.

Ao propor esse estudo destacamos o papel dos movimentos sociais e da Agroecologia para o enfrentamento a esse modelo de produção. Parte-se, do pressuposto que a Agroecologia é de suma importância na luta pela terra e o território, marco não só da resistência camponesa, mas, também, dos indígenas e povos tradicionais. Nesse sentido, concordamos com Silva e Souza (2019, p. 27) ao afirmarem que “a agroecologia foi forjada na prática cotidiana da luta pela terra e pelo território de povos indígenas, das populações tradicionais e do campesinato em diferentes momentos históricos e regiões no mundo”.

Defendemos então que a Agroecologia é composta e compositora de estratégias da resistência ao agronegócio. Nesse sentido, coube a esta pesquisa responder

às seguintes questões: Como a Agroecologia se fundamenta como resistência ao agronegócio? Como essa resistência se processa a partir dos Movimentos Sociais? Para responder tais questões desenvolvemos uma discussão apresentando a interação entre a temática movimento social e a geografia brasileira, enfatizando a aliança entre Agroecologia e movimentos sociais, com ênfase a perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Diante da problemática levantada, evidencia-se que, além da sua relevância científica, esta pesquisa é *justificada* pela sua importância política e social, tendo em vista a postura de resistência ao avanço do agronegócio no Brasil. Dessa maneira, tem-se a esperança de que esta sirva de base e incentivo para outras que virão na busca de justiça social e, portanto, na contramão do agronegócio e em defesa da vida. É o que se acredita ser a lógica da Agroecologia.

MOVIMENTOS SOCIAIS E A GEOGRAFIA BRASILEIRA

O debate sobre movimentos sociais na geografia brasileira acompanha a diversidade epistemológica dessa ciência, assim como, é influenciado pelas conjunturas políticas e econômicas do país. Condição que nos faz lembrar Pierre George (1986) ao afirmar que a geografia quando se propõe estudar a realidade está sujeita a interferências conjunturais, por isso, a geografia é conjuntural.

Os estudos de Manuel Correia de Andrade (1964) e de Josué de Castro (1967) foram os pioneiros ao apresentar considerações a respeito de movimentos sociais no Brasil. Para Pedon (2013, p 28) esses estudos se deram de forma descritiva e sem a preocupação com o aprofundamento na natureza e implicações das ações desses movimentos”. Condição que não desmerece a atuação precursora de ambos pesquisadores.

Embora as obras supracitadas tenham grande relevância para o debate geográfico sobre os movimentos sociais, o que merece destaque é que durante as décadas de 1960 e 1970 houve um silenciamento por parte da Geografia brasileira referente a esse debate. Essa ausência, de acordo com Pedon (2013) se deve, possivelmente, pela repressão política dos governos militares (1964-1985). Nesse momento, os “geógrafos deixaram de lado temas de conotação política como os movimentos sociais” (p. 22).

A postura de silenciamento dos geógrafos, não pode ser entendida como uma “Geografia covarde”, pois, também estava atrelada a conjuntura epistemológica da ciência geográfica, a qual, tinha como hegemonia as correntes teóricas da geografia tradicional e da geografia teórica. Tais correntes, sob o auspício do positivismo lógico, alijaram a questão política nos estudos geográficos. Condição que deixou a geografia as margens da efervescência política presente na luta de classe no Brasil daquele período.

Destarte, que nesse momento, ganha destaque os conflitos entre latifundiários versus trabalhadores da terra e camponeses. Nessa conjuntura, décadas de 1950 e 1960, os movimentos sociais rurais tiveram grande representatividade dada a atuação das Ligas Camponesas, que iniciaram no Nordeste e se espalharam por todo país.

A partir da década de 1980, alimentados pelo movimento de redemocratização do país, os movimentos sociais ganham visibilidade e, portanto, ganha corpo na pauta da geografia brasileira. Porém, de acordo com Pedon (2013), esse interesse da geografia sobre a temática dos movimentos sociais é suportado pela corrente crítica, dada a influência da filosofia marxista, a qual, alimenta as reflexões sobre a luta de classe e, por consequência, suporta a discussão das pesquisas geográficas sobre os movimentos sociais. Esse foi um período em que a geografia brasileira, pela via da pesquisa crítica, participa efetivamente do debate político brasileiro e mundial.

Já no final do século XX, há novamente uma mudança conjuntural no mundo, dada a crise do socialismo e o advento de correntes filosóficas antagônicas ao marxismo, o que afeta diretamente a ciência geográfica. Sob os moldes da pós modernidade a temática sobre os movimentos sociais perde destaque nas pesquisas da geografia brasileira. Somada ao advento de tecnologias avançadas há um crescimento de estudos voltados a geotecnologia, com ênfase ao Geoprocessamento e a análise dos Geossistemas.

No nosso entendimento esses estudos revelam a métrica do positivismo lógico, dado o predomínio da linguagem matemática, assim como da quantificação e classificação dos resultados. Nessa esteira, há um afastamento da pauta social e política da ciência geográfica. Não pretendemos com essa afirmação desvalorizar esses estudos, pelo contrário, validamos sua necessidade. Muito menos afirmar que há um desaparecimento das pesquisas de cunho social e político na geografia brasileira. O que está posto é uma discussão sobre os caminhos epistemológicos da geografia brasileira e a inserção dos movimentos sociais nas pesquisas dessa ciência.

AGROECOLOGIA X AGRONEGÓCIO: a proposta

Para compreender a Agroecologia como resistência ao agronegócio, é essencial o entendimento do desenvolvimento contraditório do capital e do seu reverberar no conflito de classes entre campesinato X latifúndio e agronegócio (OLIVEIRA 2004). Tal consideração direciona esta pesquisa ao entendimento do campo pela via do desenvolvimento contraditório do capital e da luta de classe. Nesse lume, a Agroecologia aparece como suporte da luta camponesa defendendo sua autonomia produtiva e assegurando a soberania alimentar, ao propiciar a sua independência dos grandes conglomerados financeiros e indústrias que compõem a rede do agronegócio (MENDONÇA, 2004).

É destaque nesta pesquisa a atuação do Estado. Parte-se do pressuposto que o Estado é o ente viabilizador (pela via das políticas públicas e territoriais) dos projetos econômicos capitalistas. Sua atuação no final do século XX e início do século XXI revela os pactos de forças e a instrumentalização do território para o proveito dos fundos territoriais por parte das grandes corporações estrangeiras. Tal condição leva ao entendimento que o Estado é um representante político de classe. Nesse sentido, defende-se que ao agir sobre o território goiano viabilizando o desenvolvimento do agronegócio. Nesse sentido, o Estado cumpriu e cumpre a agenda da acumulação capitalista no campo, portanto, é um representante de classe. (BORGES 2007)

Ao contrário do agronegócio, a Agroecologia enfrenta retaliações da rede de poder mediada pelo Estado representante de classe. No entanto, sua proposta de projeto de vida e produção de alimentos saudáveis é atraente, por isso, tem ganhado força na atualidade, condição que se intensifica na aliança com os movimentos sociais do campo brasileiro, notadamente o MST.

Afirma-se, portanto, que a Agroecologia se tornou um instrumento que compõe a pauta de luta contra o agronegócio dos movimentos sociais do campo. Esta instrumentalização se dá pela sua práxis, nos âmbitos teórico-filosófico, por ser uma ciência; no campo prático, por estar presente na produção direta de alimentos saudáveis; logo, também de prática social e no campo técnico, por permitir o uso de técnicas sustentáveis de produção - o que significa uma potente retórica para os movimentos sociais contrários ao agronegócio. Essa é a centralidade desta pesquisa: compreender

como a Agroecologia compõe a pauta dos movimentos sociais no seu antagonismo ao agronegócio, ou seja, da dimensão política da Agroecologia.

A palavra dimensão ganha o tónus conceitual de profundidade, de espessura, de versatilidade, ao atribuí-la à grande potencialidade que a Agroecologia, pelas vias da ciência, da prática e da técnica, tem para a construção de uma retórica de resistência ao Agronegócio. Ainda, no sentido figurado, a palavra dimensão é entendida como capacidade de ser útil, de cumprir um propósito que é o de defender um projeto de vida, que, por si só, nega a morte encaminhada pelo agronegócio.

Essa dimensão aliada à atuação dos movimentos sociais do campo tem o poder de mobilização social, o que pressiona a atuação do Estado em favor das demandas agroecológicas. Por isso, entende-se que as Políticas Públicas e territoriais para o campo brasileiro não são apenas direcionadas ao complexo do agronegócio, mas, também, resultam da luta camponesa que, segundo Pessoa (1999), historicamente, obteve importantes conquistas, haja vista a atuação dos diversos movimentos sociais que, desde os primórdios da colonização brasileira à atualidade, fora e é preeminente.

Tendo como centralidade a ideia de que a Agroecologia se posiciona antagonicamente ao agronegócio, entende-se que sua análise não está desvinculada da luta de classe e, por isso, do conflito entre agronegócio e o campesinato em Goiás. Essa luta é composta de estratégias, planejamento, ação de sujeitos, instituições e organizações na constatare luta de defesa e avanço de seus territórios. No caso do agronegócio, há a composição de uma rede de poder, capitaneada pelo Estado, que possibilita sua hegemonia. Porém, entende-se que os camponeses, pela via dos movimentos sociais, têm resistido e obtido êxito nessa luta.

AGROECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS X AGRONEGÓCIO

A Agroecologia se apresenta como uma contracorrente ou oposição ao modelo tecnológico da “Revolução Verde”, imposto em 1960, e consolidado com a produção de *commodities*, função do agronegócio brasileiro. Tal modelo se sustenta com a inovação e a aplicação de tecnologia de última geração nas monoculturas em que se assenta.

Além disso, o agronegócio está pautado na agricultura industrial ou modelo convencional e se baseia em três pilares para o seu desenvolvimento, que segundo Jesus

(2005), são: o pilar da agroquímica, que é responsável por produzir agrotóxicos, insumos e fertilizantes para o solo, tendo o controle e a dominação da natureza e de suas pragas, doenças e ervas invasoras. O segundo pilar é o da motomecanização, que permitiu cultivar áreas maiores nos latifúndios brasileiros e barateou os custos da produção, por não ter gastos excessivos com mão-de-obra. O terceiro, considerado como um dos mais importantes, o pilar da manipulação genética, recebe mais investimentos das empresas transnacionais do setor agrícola. Este desenvolveu plantas com rápida resposta aos insumos químicos, contudo, originou uma uniformidade genética e, nesse sentido, a diminuição da biodiversidade, devido à aplicação da monocultura.

Esses pilares tecnológicos são alguns elementos fundamentais para a agricultura industrial, porém, o próprio Jesus (2005, p. 25) ressalva que não são os únicos. Ademais, a agricultura industrial não pode ser vista apenas do ponto de vista tecnológico, pois, “Existem os determinantes econômicos, político-estratégicos, culturais, sociais, etc., que não podem ser esquecidos”. Portanto, a necessidade de se estudar o agronegócio e a Agroecologia, pela via do conflito, aparece para evidenciar as estratégias políticas que esses modelos econômicos utilizam para expansão e fixação na estrutura fundiária brasileira.

Pensando no debate entre as partes, um fato é unanimidade entre os pesquisadores críticos ao agronegócio: a agricultura industrial no Brasil e no mundo não conseguiu cumprir com o objetivo defendido ainda na década de 1960 - o de acabar com a fome no mundo. Pelo contrário, foi responsável direto pelo seu crescimento, haja vista o seu direcionamento para a produção de *commodities* e não de alimentos. Os alimentos são, na sua maioria, produzidos pela agricultura camponesa, como aponta Oliveira (2004), ao afirmar que a pequena propriedade produz aproximadamente 78% dos alimentos consumidos no Brasil, assim como emprega 87,3% dos trabalhadores do campo.

Notadamente, e já evidenciado por diversas pesquisas, o agronegócio é responsável por graves problemas socioambientais. Contrapondo esse modelo, a Agroecologia direciona para o surgimento e fortalecimento de práticas de produção menos agressiva ao ambiente. Segundo Jesus (2005), essas práticas são classificadas como agricultura pós-moderna ou pós-industrial, embora algumas sejam anteriores ao agronegócio. Nessa denominação, são englobadas como agricultura alternativa ou

consideradas apenas como sinônimo de agricultura orgânica, o que pode acarretar equívocos de interpretação.

Para Jesus (2005, p. 28), “Pode-se dividir as diferentes escolas ou linhas filosóficas, tomando por base sua ordem cronológica, isto é, a partir das mais antigas até as mais recentes”, como: Agricultura Orgânica (AO), Agricultura biodinâmica (ABD), Agricultura Biológica (AB), Agricultura Ecológica (AE), Agricultura Natural (NA) - popularizada por Mokiti Okada e Fukuoka, Permacultura (PA), Agricultura regenerativa (AR) e Agricultura Sustentável (AS).

A Agroecologia surge como um paradigma emergente e uma nova perspectiva, que não pode ser considerada apenas como sinônimo de agricultura orgânica. No entanto, ela contribui para o desenvolvimento da agricultura orgânica e alternativa, pois “Enquanto na agricultura orgânica as práticas são utilizadas como instrumento de definição e certificação, na agricultura tradicional as práticas são direcionadas à garantia da fertilidade do solo e da conservação dos bens naturais” (SILVA, SOUZA, 2020, p. 27).

Entende-se, então, que a Agroecologia é mais do que um modelo de produção é também um projeto de resistência, enfrentamento e possível substituto do modelo hegemônico do agronegócio. Desse modo, reafirma-se que se partilha, nesta pesquisa, do entendimento de Silva e Souza (2020, p. 27, *grifo nosso*) que “A agroecologia pode ser entendida, nesse sentido, em uma perspectiva de *“prática, movimento e ciência”*, definição que alguns grupos teóricos e movimentos sociais têm assumido nos últimos anos”.

Primeiramente, cabe destacar, que a Agroecologia se forjou como prática no bojo dos movimentos sociais, na luta pela terra e seus territórios, com as populações tradicionais, nos quilombolas, indígenas, camponeses e em uma forma modificada e adaptada de agricultura que possui produção crescente, respeito ecológico e social. Logo, ainda como prática social devido às estratégias de busca de autonomia aos insumos químicos e sementes híbridas, além da relação ecológica com a natureza.

A Agroecologia como movimento ocorre por meio, principalmente, do coletivo, visto que há grupos de camponeses ligados e atuando sobre o movimento agroecológico, buscando uma ampliação e melhores condições, ou mesmo atuando na luta política. Nesse bojo, como movimento social, a Agroecologia mobiliza atores envolvidos em prática e teoricamente na sua construção, assim como, crescentes contingentes sociais mobilizados

pela defesa da justiça, da saúde coletiva, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (SILVA, SOUZA, 2020).

Enquanto ciência, a Agroecologia recebe várias designações tais como: disciplina científica, base científica, ciência ou ciência em construção. Nesse sentido, compreender a Agroecologia como ciência se torna complexo. Ainda nesse quesito, há uma complicação devido a uma das características centrais da Agroecologia ser a valorização do conhecimento tradicional ou popular, assim:

Aceitar que os conhecimentos produzidos em outros contextos, além daqueles considerados científicos, também são válidos, significa colocar em discussão os referenciais mais caros à ciência clássica (e os próprios pesquisadores): objetividade, neutralidade, busca da verdade, conhecimento desinteressado do mundo, etc. (GOMES, 2005, p. 136).

Embora exista essa complexidade, e mesmo o paradoxo entre ciência e conhecimento empírico, é urgente e necessário “Exigir seu espaço como área do conhecimento científico e colocá-la em risco no contato com a perspectiva cartesiana hegemônica concretada na universidade” (SILVA, SOUZA, 2020, p. 28). Portanto, é essencial entender que:

Se a ciência não representa a única fonte de conhecimento válido, se os conhecimentos tradicionais e os saberes cotidianos também devem ser considerados na produção do conhecimento agroecológico, então é necessário promover o diálogo de saberes, em outras palavras, a articulação entre o conhecimento científico e os outros saberes produzidos ao longo do tempo (GOMES, 2005, p. 136).

Seguindo essa perspectiva, defende-se que a Agroecologia necessita de um olhar atento a essas questões, além da criação de articulações entre o conhecimento tradicional, ou saberes cotidianos, com o conhecimento científico. Visto que é imprescindível exigir espaço para o debate científico. Nessa lógica, se fortalece também a luta pelo seu desenvolvimento em apoio e amparada nos movimentos sociais.

Movimentos sociais relacionados à questão agrária, busca-se unir as diversas formas de luta. Uma delas é pela produção de alimentos livres de agroquímicos, o que se chama de produção limpa, que propõe a mudança na estrutura agrária, fortalece a organização dos camponeses, reivindica políticas públicas para a agricultura camponesa, que são alguns dos temas em constante debate. Para tanto, propõe a soberania alimentar que é a autonomia da nação

para ter alimentação suficiente, estável e autônoma garantindo a sustentabilidade através da agroecologia (RIBEIRO, LINO, 2014, p. 5).

A argumentação de Ribeiro e Lino permite a defesa e justifica a relevância da análise da Agroecologia pela ótica dos movimentos sociais. Além desses movimentos estarem ligados diretamente com a prática agroecológica (que se forjou, desenvolveu e se desenvolve dentro dos assentamentos rurais e comunidades tradicionais), também lutam, via ação coletiva, por melhores condições no campo, pela Segurança e Soberania Alimentar, pela terra e território, e pelo espaço de diálogo no campo acadêmico, científico e eventos. Ações estas que expressam a ação política da agroecologia. O que está posto é que a Agroecologia pela via dos movimentos sociais se institucionaliza e materializa sua ação política.

AGROECOLOGIA NA PERSPECTIVA DO MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o movimento social de maior envergadura na luta política por uma Reforma Agrária popular massiva e ampla no Brasil. Segundo dados do site do MST, o movimento está organizado em 24 Estados da Federação Brasileira, em todas as cinco regiões do país, com cerca de 350 mil famílias que, por meio da organização coletiva e de luta, conquistaram suas terras. Após a conquista da terra, as famílias ainda continuam organizadas lutando por direitos básicos no assentamento, como: crédito rural, assistência técnica, formação de cooperativas, saúde, educação, saneamento, energia elétrica e acesso à cultura e lazer.

Sob a perspectiva histórica, o MST, depois de sua criação e durante quase 15 anos, adotou como diretriz de organização e estruturação dos assentamentos um sistema cooperativista, ou como em alguns estudos é denominado, Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), criando Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Para alguns críticos, esse modelo nada mais foi do que uma reprodução de tecnologias e práticas da Revolução Verde.

O sistema adotado pelas CPAs se apresentou como projetos “Desenvolvidos pelos órgãos de reforma agrária procurando transformar o assentado ou o pequeno agricultor num empresário rural” (CARLI, 2013, p. 122), visto que as cooperativas indicavam um modelo uniforme, com características progressistas, produtivistas, econômicas, com

maciça mecanização, agroindustrialização, especialização do trabalho, utilização de agroquímicos e, portanto, altamente impositiva.

Esse sistema adotado pelo MST em suas diretrizes é notadamente influenciado pelas doutrinas do *Marxismo Ortodoxo* e provenientes de Karl Marx (1818/83), Karl Kautsky (1854/1938) e Lênin (1870/1924). Marx, influenciado pelo seu contexto histórico, entendia que a única classe que constituiria personagens revolucionários seriam os proletariados e, os camponeses, que persistissem ficar no campo, estariam sujeitos a serem subordinados pelo mercado, pois o:

Advento do capitalismo na agricultura transformava o campesinato em um *exército industrial de reserva* muito útil aos interesses burgueses, que se beneficiavam desse contingente de reserva para “estender a jornada de trabalho, e forçar o salário a se manter em nível adequado à produção de mais valia (BORSATTO, CARMO, 2013, p. 647, grifo do autor).

Para Marx, a agricultura camponesa era uma limitante do desenvolvimento e o campesinato estava fadado ao desaparecimento. Por meio das influências de Marx, Kautsky também não previa futuros à agricultura camponesa, validando assim, as proposições do desaparecimento do campesinato.

Segundo Borsatto e Carmo (2013, p. 648), “A ideia central da teoria de Kautsky é que os pequenos camponeses estavam em processo de extinção, fosse pela supremacia tecnológica dos grandes agricultores capitalistas, ou pelo inexorável processo de integração agricultura-indústria”. Nesse sentido, Kautsky entendia que não haviam condições do pequeno produtor se consolidar socialmente, “De maneira que a supremacia capitalista iria extingui-lo, e a única forma viável e o futuro da agricultura estaria na grande unidade de produção socialista” (BORSATTO, CARMO, 2013, p. 648).

Por fim, Lênin, influenciado pelas proposições de Kautsky, também compreendia que a agricultura camponesa era inferior em relação à produção técnica de larga escala. Dessa forma, a agricultura socialista deveria se basear no cooperativismo, em latifúndios coletivos, mecanizados e especializados. Portanto, evidencia-se que as primeiras diretrizes adotadas pelo MST na organização e estruturação dos assentamentos, baseadas no cooperativismo, foram influenciadas por Marx, Kautsky e Lênin.

Ademais, essas diretrizes se pautavam em concepções produtivistas, na mecanização e especialização, e que, a partir da assistência técnica e crédito rural, desenvolveram uma reprodução do modelo convencional, o qual tornava os camponeses

e trabalhadores da terra em pequenos empresários rurais, ou como atualmente denominado, em empreendedores.

O sistema de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) não possibilitou autonomia para os camponeses e não cumpria o papel de socializar os meios de produção dominado pelas transnacionais, na verdade, deu continuidade à dependência dos trabalhadores com relação às tecnologias, insumos, e: Logo, para muitos projetos de assentamento, esse modelo gerou um alto endividamento para compra de insumos e tecnologia, com falências de inúmeras empresas sociais. Com isso, buscaram-se, gradativamente, outros paradigmas produtivos que fossem alternativos (CARLI, 2013, p.116).

O sistema organizativo dos assentamentos em cooperativas e na proposta de coletivização entrou em crise na década de 1990, provocando o endividamento de agricultores e de cooperativas do MST, em consequência da necessidade de aquisição de máquinas e agroquímicos. Por conseguinte, o modelo adotado pelo MST, por cerca de 15 anos, com influências de Marx, Kautsky e Lênin, se mostrou inconsistente¹.

Quando o paradigma das cooperativas entra em crise, a tônica se volta para a sustentabilidade e modelos de produção alternativos, como a produção agroecológica que, a partir do ano 2000, ganha evidência e se torna a nova diretriz do MST nos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária.

O discurso político da Agroecologia e a contestação ou contraposição ao modelo convencional representado pelo agronegócio obtêm notoriedade no MST e, segundo Carli (2013, p. 118), “A agroecologia consolidou-se no MST no seu discurso, na produção e nas suas ações políticas como um importante instrumento contra-hegemônico à Revolução Verde”. Assim, a Agroecologia:

Emerge no Movimento não somente como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas emoldurada por um intenso questionamento político em relação às políticas agrícolas que estavam sendo adotadas pelo Estado brasileiro, que, por sua vez, fomentavam

¹ Severas críticas, por diferentes autores, foram direcionadas a esse modelo de organização de assentamentos; por ser um modelo impositivo, construído de “cima para baixo”, que despreza as características inerentes do campesinato como autonomia e autossuficiência, por ter uma visão maniqueísta, ser homogeneizador, desprezar as peculiaridades regionais de cada território, não considerar a heterogeneidade das histórias de vida presentes em cada assentamento, por ser alienador, entre outras (BORSATTO, CARMO, 2013, p. 655).

uma agricultura de larga escala, fortemente mecanizada, voltada para a exportação e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados (BORSATTO, CARMO, 2013, p. 656).

A partir do IV Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, a Agroecologia explicitamente se consolida como uma nova diretriz do movimento. Características que foram negadas no início do grupo ganham destaque, como: a valorização dos conhecimentos tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses e outros), por dominarem o conhecimento local; o respeito ao meio ambiente; a produção diversificada e saudável; e a utilização de sementes crioulas. As novas diretrizes adotadas pelo MST introduzem a Agroecologia em proeminência na produção e luta política. Nesse contexto, somente após a consolidação da Agroecologia nas diretrizes do MST, o conhecimento tradicional camponês é inserido de fato no movimento, juntamente com questões ligadas ao meio ambiente.

Os novos referenciais adotados pelo MST criam um rompimento com as correntes do *Marxismo Agrário* e se aproximam das proposições das ideias de Alexander Chayanov (1888/1937). Desse modo, as obras de Chayanov vêm contribuindo para a formação teórica das novas diretrizes do MST. Nessa perspectiva entende-se que o camponês não está fadado ao desaparecimento e que não se pode aplicar um sistema impositivo e uniforme, como o que ocorreu com as cooperativas nas décadas de 1980/90, mas deve ser feita uma abordagem de baixo para cima em nível comunitário.

As proposições de Chayanov se baseavam na valorização do saber camponês, e este era compreendido como uma célula básica para o desenvolvimento da agricultura, portanto:

A proposição chayanoviana se baseava na valorização dada ao saber camponês. Esse saber era composto por um corpo de conhecimentos, difundidos de geração em geração, que abarcavam em seu interior o potencial para o aumento de produtividade da agricultura, bem como os valores morais desejados em uma sociedade do futuro. (BORSATTO, CARMO, 2013, p. 653).

Dessa forma, é possível observar claramente que as contribuições de Chayanov ajudam diretamente na construção da Agroecologia enquanto movimento social, enquanto luta política, enfim, como: *prática, movimento e ciência*.

Em suma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entende:

Por agroecologia entendemos a práxis social e produtiva dos camponeses, onde a partir do trabalho, do estudo, da reflexão e da organização popular criamos e manejamos sistemas produtivos diversificados, que tem a natureza como aliada, não como inimiga. A agroecologia é uma coevolução entre o sujeito social do campo e o meio ambiente ao seu redor, sua natureza exterior. A medida em que produzimos agroecologicamente na terra conquistada, com cooperação, com novas relações sociais, estamos reconstruindo nós mesmos, nossos coletivos e nossos territórios. E, com os frutos desse processo, a alimentando as famílias trabalhadoras brasileiras (MST, 2010).

Enfim, a Agroecologia é um processo social constituído por movimentos sociais, na prática produtiva camponesa e de comunidades tradicionais que valorizam os conhecimentos tradicionais, o debate, a luta política e o respeito ao meio ambiente. Essa realidade pode ser constatada empiricamente no Assentamento do MST Canudos, especificamente, na unidade Colmeia, que desenvolve um projeto de produção agroecológica, como é constatado no relato de campo a seguir.

O MST E A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA UNIDADE COLMEIA: a materialização de um projeto de vida e negação de um projeto de morte

O trabalho de campo foi realizado em visita ao assentamento Canudos, em julho de 2021, especificamente, na unidade Colmeia, que desenvolve um projeto no âmbito da Agroecologia. O responsável por fazer a recepção e por conceder informações sobre o projeto em questão, foi José Valdir Misnerovicz, que atua na coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e atualmente é guardião do coletivo Colmeia.

A comunidade Canudos tem sua origem no final da década de 1990, com a ocupação da fazenda Palmeiras, que pertencia à família de Colemar Rezende, ligado à UDR¹ (União Democrática Ruralista). Esse assentamento está localizado no tríplice fronteira entre os municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre e Guapó, no Oeste Goiano, com uma área de 12.757 hectares.

O objetivo do trabalho de campo foi compreender a atuação política da Agroecologia em Canudos, assim como, compõe a pauta de luta política do MST no país. Na oportunidade, evidenciou-se a materialização da Agroecologia no assentamento e, buscou-se entender a importância desta para o MST, seja na luta pela terra e pelo território

ou na atuação por Políticas Públicas com enfoque agroecológico para a efetivação da Agroecologia dentro dos movimentos sociais.

Registra-se aqui que, no atual momento, o assentamento Canudos vem passando por uma ofensiva do agronegócio, tendo em vista a intensificação das plantações de soja e milho. Essa ofensiva é liderada por um assentado, que, pela via do arrendamento de parcelas, prática a agricultura convencional, contrariando a proposta atual do MST de se aproximar da Agroecologia como alternativa contrária ao agronegócio, sendo que é nessa vertente que está pautada a unidade Colmeia.

Nos últimos 15 anos, o Movimento entendeu que apenas a conquista da terra não era o suficiente, haja vista que há uma contradição, pois mesmo conquistando a terra, o agronegócio e a agricultura industrial dominam as técnicas e os utensílios da produção, levando o que Oliveira (2004) considera como sujeição da produção camponesa e familiar aos ditames da acumulação ampliada do capital.

Em suma, se fazia necessária uma alternativa que levasse à autonomia da produção camponesa e familiar em relação à rede do agronegócio. Portanto, o paradigma da produção sustentável, pela via dos moldes agroecológicos, passa a ocupar a pauta e a agenda de luta do MST. Vertente a qual se filia a unidade Colmeia, referendada pela produção de alimentos saudáveis como fonte de vida.

De posse desse ideário, o MST inicia um processo de materialização da produção agroecológica pelo Brasil, notadamente em Goiás. Segundo Valdir Misnerovicz, em uma fala durante o trabalho de campo, a “única maneira de negar o agronegócio é afirmando algo alternativo”, pela via da materialização dessa alternativa. Se não for assim, não passa de discurso. “É preciso ver para crer”, por isso, é preciso fazer funcionar e mostrar que funciona para servir de referência para outras experiências, bem como para a massificação da ideia.

Destaca-se que, na conversa com o Sr. Valdir Misnerovicz, há uma lógica, já previamente pensada e, ratificada em duas máximas: a primeira refere-se ao desenvolvimento de *dentro para fora*; a segunda se refere ao direcionamento *da unidade para o território*. Percebe-se, então, que as duas máximas encaminham para o raciocínio de que a experiência agroecológica é uma proposta que deve se fundamentar no interior do MST, por meio de sua materialização nas unidades produtivas, a partir disso, caminhar para fora das unidades rumo à hegemonia nos assentamentos, os quais se constituirão em

territórios agroecológicos e, portanto, se tornar referência de uma consolidada alternativa ao agronegócio.

É esse raciocínio que está atrelado ao projeto da unidade Colmeia, embora tenha-se a consciência da dificuldade a ser enfrentada. O próprio Assentamento Canudos, como já destacado, passa por um franco desenvolvimento do agronegócio. No entanto, a notoriedade que vem obtendo o projeto Colmeia nos campos político, social e acadêmico leva a acreditar que se está no caminho certo, mesmo que o projeto seja difícil e longo. Isso se percebe na satisfação dos *guardiões* da unidade, Valdir Misnerovicz e Valdir Barbosa - o que também é a visão dos pesquisadores.

Ressalta-se que o cenário compartilhado pelos *guardiões*, de otimismo e dificuldade, tem suporte no crescimento das unidades agroecológicas nos vários assentamentos do MST no território goiano. Porém, não há ocorrência de territórios agroecológicos nos moldes apresentado anteriormente, pois o conflito Agroecologia x Agronegócio está presente nos assentamentos em questão, por isso, não se verifica uma hegemonia do modelo agroecológico nesses assentamentos.

Nesse interim, entendeu-se que ocorre um isolamento das unidades produtivas, visto que estas não se comunicam, dificultando ainda mais o desenvolvimento da agroecologia no MST. Nesse sentido, defende-se que a organização de eventos, de associação ou de cooperativa que possa interligar as experiências desenvolvidas pelas unidades seria um elemento a mais na luta pela criação de territórios agroecológicos. Afirma-se, portanto, que a lógica da *rede unidade* de produção agroecológica auxiliaria na construção futura de uma rede territorial de produção agroecológica, no computo do MST.

Em conversa com Valdir Misnerovicz e Valdir Barbosa, ao se discutir a Agroecologia na perspectiva do MST, a preocupação com o fomento do debate sobre a Agroecologia e a contraposição ao agronegócio, ambos afirmam que não se pode considerar a Agroecologia como *modelo*. Isso porque o conceito de *modelo* é o que suporta o agronegócio, como um pacote pré-estabelecido. A Agroecologia deve ser considerada como um projeto de vida e para a vida, pois não possui limite fechado ou algo que seja imutável. A Agroecologia se pauta pelo princípio dialético, por ser um processo, e, portanto, por estar sempre em movimento e transformação, dependendo de cada ambiente de produção.

Ainda nessa conversa, o papel do Estado foi levantado. Ambos defendem que a atuação do Estado por meio de políticas públicas é fundamental para possibilitar a universalização da Agroecologia e, conseqüentemente, da alimentação saudável. Para Valdir Misnerovicz, “Por meio de políticas públicas que é possível massificar e fortalecer a agroecologia, criando bases que não sejam só pensando em consumo, e sim em um projeto”, nesse caso, um projeto de vida e não de morte, como é comprovadamente o agronegócio.

O que fica evidente na conversa com os produtores supracitados, é que a Agroecologia necessita de Políticas Públicas que garantam acesso a crédito, política de preços, acesso a tecnologias específicas para unidades de produção, segurança para a comercialização direta, dentre outros. E isso é exatamente o que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representavam, no entanto, no atual governo federal (2019-2022), estes têm sofrido ataque, dada a representação do agronegócio nas decisões políticas do Brasil. Por isso, concorda-se com Stiván Mészáros (2015) quando este afirma que é ilusória a limitação do poder do Estado e, portanto, é a montanha que devemos conquistar.

Diante do exposto, defende-se que as Políticas Públicas têm a capacidade de criar territórios agroecológicos, rompendo com a lógica pontual de unidades de produção isoladas, como “ilhas”. Logo, é pela via do Estado que a Agroecologia tem a capacidade de se desenvolver e criar territórios agroecológicos, se fortalecendo e se firmando enquanto estratégia viável para romper com a lógica do agronegócio e seu projeto de morte. A exemplo dessa defesa, tem-se o já mencionado projeto da unidade Colmeia, onde estão materializados e subjetivados caminhos para um projeto de vida por meio da Agroecologia.

A ESTRUTURA DA UNIDADE COLMEIA: caminhos para a produção da vida

Antes de adentrar sobre estruturação da unidade Colmeia é necessário esclarecer algumas terminologias e denominações, tais como guardiões e CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura). No que se refere ao termo *guardiões*, Valdir Misnerovicz explica que se trata da filosofia política da unidade, a qual desvincula a ideia de proprietário e, conseqüentemente, da propriedade privada da terra, matriz da acumulação capitalista. Ao

negar o princípio da propriedade privada, atesta-se a terra como bem coletivo, negando inclusive a ideia de herança aos familiares.

A CSA é uma comunidade de sustento da produção da unidade e é composta por pessoas consideradas como coagricultores, já que participam diretamente da produção - na plantação, na manutenção e na colheita. No momento da realização do trabalho de campo, essa comunidade era composta por 50 pessoas, as quais, em sua maioria, residem na cidade de Goiânia. Em datas programadas, elas se deslocam até a unidade Colmeia para o cumprimento de suas atividades.

Ainda para compreender a complexidade da CSA, alguns pontos são importantes: o primeiro é a eliminação da mão-de-obra assalariada, o trabalho na comunidade não é remunerado. Portanto, elimina o princípio capitalista da acumulação pelo trabalho não pago, a *mais valia*, defendida Marx (1974). Outro ponto de grande relevância da CSA é o financiamento, cumprindo o papel que deveria ser do Estado, por meio de políticas públicas. Nessa lógica, cada componente da CSA paga mensalmente uma quantia, em troca, recebe semanalmente uma cesta de alimentos. Assim, a CSA elimina outro elemento capitalista, a figura do atravessador. Essa condição possibilita o controle da comercialização direta pelo produtor e aumenta sua renda?

Merece destaque também a diversidade de profissionais que compõe a CSA, são professores universitários, delegado, pastor, procurador federal, vereador, deputada, servidor do Incra, servidor público, dentre outros. Essa heterogeneidade possibilita pensar que há uma evidente saída para o desenvolvimento de um projeto de vida pela via da Agroecologia. São pessoas conscientes do seu papel enquanto críticos de uma sociedade de exclusão e, dessa forma, importantes agentes de disseminação desse projeto.

Já a produção de alimentos saudáveis é estruturada em três sistemas na CSA. O primeiro em formato de mandala, o segundo, em estufa destinada para hortaliças e o terceiro em sistema aberto, denominado de Agrofloresta. Nessa estruturação, ocorre a produção em consórcio com frutíferas, legumes e vegetais, espécies nativas do Cerrado e outros.

O sistema mandala (Fotografia 1), segundo Martins et al (2012, p. 3) “É uma forma de produção de alimentos, onde o plantio é feito de forma circular”. O sistema “baseia-se em princípios ecológicos, como a reciclagem de nutrientes, o reuso da água e a variedade de culturas produzidas”.

Fotografia 1: Panorama da horta mandala



Referência: MOURA, Filipe Borba, 2021.

Além da produção de alimentos saudáveis, há na unidade Colmeia um espaço que recebe o nome de Agroflorestal Ana Maria Primavesi³ (Fotografia 2). Este é destinado à plantação de árvores. Cada árvore plantada recebe o nome de pessoas falecidas, que, em vida, tiveram grande relevância na luta por uma sociedade mais justa. Geralmente, são homenageados nomes que compuseram o coletivo de luta em defesa dos oprimidos do campo.

A simbologia que envolve o nome Ana Maria Primavesi, revela o sentido de homenageá-la. Segundo Valdir Misnerovicz “Cada árvore tem um sentido. Então a Agroflorestal Ana Primavesi é o lugar de plantar símbolos”, sendo um espaço para a produção da subjetividade da luta pela terra e pelo território.

Fotografia 2: Agrofloresta Ana Primavera

Referência: MOURA, Filipe Borba, 2021.

Nas fotografias 2 e 3 é possível perceber a presença de frutíferas e árvores nativas do Cerrado. As bananeiras ganham destaque, pois servem para o sombreamento, produção de frutos e biomassa para fertilização do solo. O cuidado com o solo ganha centralidade na Agrofloresta, partindo do princípio de Primavera de que vida começa com o solo saudável. Um dos princípios básicos para a saúde do solo é não o deixar exposto ao sol e à água, daí a importância da cobertura com a biomassa, que, posteriormente, se torna húmus e aumenta a fertilidade do solo.

Fotografia 3: Agrofloresta Ana Primavera

Referência: MOURA, Filipe Borba, 2021.

O sistema de estufa também é adotado na unidade Colmeia (Fotografia 4). Esse recurso é de suma importância para a produção de hortaliças, principalmente as de folhagem, que são bastante sensíveis ao sol e à água em demasia. Portanto, as estufas servem para controlar o excesso de sol e chuva, além de reduzir o ataque de insetos, o que garante uma produção mais satisfatória.

Fotografia 4: Estufa para plantação de morangos



Referência: MOURA, Filipe Borba, 2021.

Em suma, pode-se afirmar que o trabalho de campo no Coletivo Colmeia serviu para compreender, de forma empírica, a materialização de um dos modelos de produção agroecológica. Assim, mais do que conhecer o projeto, foi possível perceber que há uma alternativa exitosa e contrária ao agronegócio e sua ação produtiva destruidora, excludente e concentradora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo do trabalho em tela, o qual foi de destacar o papel dos movimentos sociais e da Agroecologia para o enfrentamento ao modelo de produção agroindustrial adotado no Brasil, fica evidenciado a função central que os movimentos sociais possuem no país para a resistência ao agronegócio e todos os seus sinônimos.

Destarte, o MST possui a maior envergadura na luta política por uma Reforma Agrária popular massiva e ampla no Brasil, atuando em quase todos os Estados da federação. Assim, os movimentos sociais que atuam no campo desde a década de 1980 e,

atualmente com a Agroecologia forja um projeto viável de resistência no campo que luta pela vida, pela terra e para produzir alimentos saudáveis.

Por fim, pela via do trabalho de campo foi possível presenciar a realidade na unidade Colmeia. Ao dialogar com os guardiões e com produtores de alimentos saudáveis, foi possível evidenciar que a Agroecologia, pela via dos Movimentos Sociais, é viável e vem se afirmando como uma importante força política contrária ao agronegócio negando um *modelo* de morte e afirmando um projeto de vida.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. A terra e o homem no Nordeste. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- BORGES, Júlio Cesar Pereira. O ESTADO e POLÍTICAS PÚBLICAS: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano. Dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em Geografia. Instituto de Estudos Sociambientais. UFG. Goiás. 2007.
- BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013.
- CARLI, Caetano De'. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. Revista crítica de ciências sociais, n. 100, p. 105- 130, 2013.
- CASTRO, J. Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o nordeste área explosiva. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- GOMES, João Carlos Costa. Bases epistemológicas da Agroecologia. AQUINO, Adriana M & ASSIS, Renato L.(editores técnicos). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, p. 133-146, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela, p. 27-64, 2004.
- JESUS, Eli Lino de. Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia. AQUINO, AM e ASSIS, RL Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.
- MARX, Karl. O capital, Volume I – Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.
- MARTINS, Renata Knychala et al. O sistema mandala de produção de alimentos: uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, v. 55, 2012

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A Urdidura do Trabalho e do Capital no Cerrado do Sudeste Goiano. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Geografia-Faculdade de Ciências e tecnologia, UNESP, Presidente Prudente. SP. 2004.

RIBEIRO, Marina Pires; LINO, Ms Janãine Daniela Pimentel. AS SEMENTES CRIOULAS E A AGRICULTURA CAMPONESA NA COMUNIDADE MATA PRETA EM CATALÃO (GO). VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, Espírito Santo. Brasil, 2014.

SILVA, Edson Batista. SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. Agroecologia e geografia agrária: aproximações a partir dos conceitos de território e campesinato. Temas em Geografia Rural, 2ª Ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

PEDON, Nelson Rodrigo. Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. Editora Unesp, 2013.

PESSOA, Jadir de Moraes. A Revanche Camponesa. Goiânia, Editora UFG, 1999.